

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



O controlo das armas de fogo em Portugal: Das restrições do acesso à Licença de Uso e Porte de Arma (LUPA) B1 e as suas implicações na posse de armas curtas em território nacional

**Trabalho Individual Final
5º Curso de Comando e Direção Policial**

Estudo Teórico

Autor: Rui Alexandre Sande Massaneiro, Comissário, M/150130

Lisboa, 13 de fevereiro de 2023



Referências

- Carrilho, F. (2017). *As armas de Fogo em Portugal: Onde Estão e quem as tem* [Trabalho Individual Final do 4º Curso de Direção e Estratégia Policial, não publicado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/35131>
- Carrilho, M. (2017). *A Cooperação Direta entre o Comando Distrital de Portalegre da Polícia de Segurança Pública e o Corpo Nacional de Polícia da Estremadura do Reino de Espanha* [Trabalho Individual Final do 4º Curso de Direção e Estratégia Policial, não publicado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/35182>
- Clemente, P. (2010). Polícia e Segurança-Breves Notas. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*. http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1005/1/LPIS_n4_6.pdf
- Chambel, E. (2004), “*Política Criminal / Modelos de Policiamento*” in Politeia. Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, Almedina.
- Coelho, J. (2007). *Uso e porte de arma - Legislação e Jurisprudência sobre armas e munições*. (2.ª ed.). Almedina.
- Coutinho, C.P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas - Teoria e Prática*. Almedina.
- Decreto n.º 10/1976, de 10 de abril (1976). Constituição da República Portuguesa. Diário da República n.º 86/1976 - Serie I. Lisboa: Presidência da República, 738-775.
- Decreto n.º 61/2014 de 18 de agosto (2014). Aprova o Tratado de Comércio de Armas, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 2 de abril de 2013. Diário da República, n.º 157/2014. Série I. Lisboa: Assembleia da República, 4228-4239.

Despacho n.º 9886/2021 de 12 de outubro (2021). Estrutura orgânica e funcionamento dos serviços do Departamento de Armas e Explosivos (DAE) da Direção Nacional da PSP. Diário da República, n.º198/2021. Série C. Lisboa: Assembleia da República, 60-63.

Despacho n.º 18/GDN/2022 de 22 de julho (2022). Delegação e subdelegação de competências no diretor Nacional Adjunto da Unidade Orgânica de Operações e Segurança, Superintendente-Chefe José Mendes de Azevedo Ramos.

Diretiva (UE) 91/477/CEE do Conselho Europeu, de 18 de junho (1991). Relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas.

Diretiva (UE) 2021/555 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de março (2021). Relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas.

Igreja A. (2021). *Armas de fogo excluídas da lei: Ano de fabrico, calibre obsoleto ou não de fogo. Conceito de obsolescência face ao fabrico de armas atuais para estes calibres*. [Trabalho Individual Final do 4º Curso de Comando e Direção Policial, não publicado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/39714>.

Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro (2006). Regime Jurídico das Armas e suas Munições. Diário da República n.º 39/2006 – Série I-A. Lisboa: Assembleia da República, 1462-1489.

Lei n.º 42/2006, de 25 de agosto (2006). Estabelece o regime especial de aquisição, detenção, uso e porte de armas de fogo e suas munições e acessórios destinadas a práticas desportivas e de colecionismo histórico-cultural. Diário da República n.º 164/2006, Série I. Lisboa: Assembleia da República, 6192-6200.

Lei n.º 50/2019, de 24 de julho (2019). Procede à sexta alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprova o regime jurídico das armas e suas munições. Diário da República n.º 140/2019 – Série I. Lisboa: Assembleia da República, 2-116.

Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto (2007). Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública. Diário da República n.º 168/2007, Série I. Lisboa: Assembleia da República, 6065-6074.

Oliveira, D. (2022). *A regulação e o controlo de armas de fogo em Portugal durante a monarquia constitucional*. [Dissertação de Mestrado]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/102637>

Polícia de Segurança Pública. (2020). *Estratégia da PSP 20|22*. Direção Nacional da PSP.

Quivy, R. & Campenhoudt L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2.ª Edição, Gradiva – Publicações S. A., Lisboa.

Santos, C. (2010). *Regime Jurídico das Armas e Suas Munições: A republicação do RJAM e actuação policial – Lei n.º 17/2009*. [Dissertação de mestrado integrado não publicada, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/24793>

Santos, L.A.B., & Lima, J.M.M. (Coord.) (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2.ª ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Instituto Universitário Militar.

Valente, M. (2009). Prefácio. In *Regime jurídico das Armas e suas Munições*. Coimbra: Almedina.

Valente, M. (2012), *Teoria Geral do Direito Policial*, Coimbra, 3.ª edição. Coimbra: Almedina